

QUESTIONAMENTOS A UMA ÉTICA SUPOSTAMENTE UNIVERSALISTA*

Alino LORENZON

Departamento de Filosofia – UFRJ

Uma das críticas mais freqüentes, endereçadas à Filosofia e, particularmente, à Ética consiste na denúncia de serem, muitas vezes, domínio do conhecimento humano demasiadamente gerais e abstratos, distantes da vida e da realidade das pessoas. Mesmo depois de a Filosofia ocidental ter abandonado a ambição de querer abarcar a totalidade do saber dentro de um sistema coerente, tendo proposto à razão pensar setores mais limitados e mais especializados, como, por exemplo, a política, a arte, a ciência, a linguagem e o comportamento moral individual e social, ainda subsiste a impressão, no final da leitura da maior parte das obras de Filosofia, de que a busca do geral e do universal em detrimento das determinações permanece a tônica predominante.

No campo das teorias éticas clássicas, mais conhecidas e mais estudadas na "academia", deparamo-nos com a mesma constatação. A reflexão ética assenta numa espécie de razão, tão universal e tão abstrata, que a realidade do dia-a-dia e as determinações em sua dramaticidade singular não são atingidas. Percorrendo os clássicos da história da ética, fica a impressão (ou a ilusão) de que estamos de posse de todo um arsenal conceitual e de todo um discurso muito lógico, muito bem articulado no plano das idéias, mas insuficiente e impotente para ler, entender e interpretar os graves desafios humanos atuais e, conseqüentemente, cooperar na solução da sua problemática. E a dificuldade fica ainda maior quando se trata de conhecer, interpretar e mudar a realidade e a conjuntura brasileira e latino-americana, contribuindo para a sua transformação dentro de um horizonte valorativo mais justo e mais humano.

Aliás, se alguém quisesse conhecer a nossa realidade brasileira e latino-americana, sob a perspectiva ética, a nossa literatura filosófica pouco ou quase nada teria a oferecer. O pensador da área da Filosofia, no Brasil, acabaria descobrindo muito mais subsídios de reflexão e de ação em obras

(*) Comunicação apresentada no 111 Encontro Nacional de Ética, promovido pelo Departamento de Filosofia da UFRJ nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 1988.

do campo das Ciências Sociais, da literatura e do cinema. A título de ilustração, sem querer privilegiar nenhum dos autores citados, tomo a liberdade de lembrar obras muito conhecidas. A **Geografia da Fome** de Josué de Castro, **Os Donos do Poder** de R. Faoro, **Casa Grande e Senzala** de G. Freyre, **Quatro Séculos de Latifúndio** de G. P. Guimarães, **Coronelismo, Enxada e Voto** de V. Nunes Leal, **Retrato do Colonizador precedido pelo Retrato do Colonizado** de A. Memmi, **As Veias abertas da América Latina** de Galeano, o filme "Deus e o diabo na terra do sol" suscitam importantes e sérios problemas éticos.

A imprensa, os meios de comunicação de massa e o vídeo constituem veículos decisivos de transmissão e formação de valores morais, porquanto apresentam e revelam uma realidade, uma concepção do mundo e da sociedade muito mais pelo que escondem do que por aquilo que mostram. Constituem um desafio intelectual à nossa reflexão e para as nossas práticas, particularmente na atual conjuntura, profundamente caótica no plano das idéias e dos valores éticos. Por isso, a partir sobretudo da imprensa e seguindo a prática de Hegel que, a acreditar em seus biógrafos, fazia da leitura do jornal sua prece realista da manhã, vou tentar levantar alguns questionamentos face à nossa realidade.

Não há dúvida de que a problemática, decorrente do modelo de desenvolvimento imposto ao Brasil e à América Latina, é muito complexa, deixando-nos ao mesmo tempo uma sensação de frustração intelectual e política, uma quase impotência absoluta. Mas, de outro lado as injustiças do modelo econômico-social, que nos tem sido imposto de longa data, não podem deixar-nos indiferentes e insensíveis. Os profissionais da Filosofia não podem ficar calados, mudos face à dramaticidade e à gravidade da estrutura e da situação de exploração. Tomo a liberdade de citar um dos mais lúcidos e um dos mais comprometidos intelectuais brasileiros, Paulo Freire, assumindo a posição que julga ainda possível neste momento. Falando na UERJ a um enorme público de educadores, por ocasião do lançamento do projeto **Roda Viva** em favor dos meninos de rua, começou sua palestra denunciando uma sociedade que produz essa clamorosa discriminação. Paulo Freire afirmou: "Sinto o dever de me sentir indignado. Defendo uma pedagogia da indignação. Sou uma subjetividade irritada. Não posso ficar em paz, objetivo diante do quadro do abandono dos meninos da rua. Sinto uma justa ira, uma raiva política". (Palavras proferidas por ocasião do lançamento do Projeto **Roda Viva**, Faculdade de Educação, UERJ, 14-10-1988).

De fato, não podemos ficar indiferentes, conformados, **objetivos, racionais**, se abirmos os olhos ao que está acontecendo em nosso derredor, se acompanharmos o que a grande imprensa divulga e se lermos com espírito crítico, inclusive a parte de anúncios. Falo da grande imprensa, porquanto ela nos revela uma realidade muito mais pelo que ela oculta.

É ela mesma antes de mais nada um retrato de uma gravíssima injustiça. Compreende-se então a justa indignação de Paulo Freire. Vejamos alguns questionamentos que poderão ser levantados a uma ética universalista a partir do nosso dia-a-dia brasileiro e latino-americano.

Alimentos — Fome. Uma das necessidades básicas de todo ser humano, enquanto ser vivo e enquanto animal, é a alimentação. E é exatamente aqui que se evidencia uma contradição gritante. **O Brasil é o quarto maior exportador de alimentos do mundo em grãos, soja, carnes e café.** O Brasil se ufana de ser a oitava potência mundial na indústria e na economia, mas, ao mesmo tempo, apresenta o quadro desolador de sexto país com taxa de subnutridos. Continuam atualíssimas as denúncias de Josué de Castro. Temos 40 milhões de subnutridos. A contradição aparece em nossa cidade do Rio de Janeiro, se abrirmos os olhos e se exercitarmos a razão e o sentimento diante do espetáculo deprimente que pode ser visto a cada manhã cedo ou à noite após 19 horas junto aos tonéis de lixo, expostos nas calçadas. Crianças, adultos, famílias inteiras à cata de restos de comida, jogados fora pelos segmentos sociais bem ou super-alimentados. A geografia da fome continua uma triste realidade no reino da oitava potência mundial. Um modelo econômico modernizador que expulsou o homem do campo criando esses enormes aglomerados humanos nas periferias de todas as capitais brasileiras vem fornecendo uma abundância de mão-de-obra barata, constituindo o famoso "exército industrial de reserva", na acertada expressão de K. Marx.

Mas a indignação fica ainda mais forte quando o "sucesso" desse modelo agro-industrial exportador é abençoado por certas lideranças cristãs. A título de ilustração, lembremos o episódio, nada "evangélico" e nada "cristão", ocorrido em Brasília não faz muito tempo. É um episódio revelador de como se pode iludir a boa fé do povo em nome de Deus e da Bíblia. No dia 15 de setembro de 1988, o Conselho de Pastores Evangélicos promoveu em Brasília, pelo segundo ano consecutivo, um culto de ação de graças a fim de comemorar a "safra recorde brasileira". Durante o discurso, Sarney, utilizando parábolas bíblicas para ilustrar sua fala, disse que a supersafra não seria conseguida "se não fosse da vontade de Deus". No final do discurso do presidente, um grupo de jovens evangélicos abriu uma faixa com os dizeres: "No país da superfome, supersafra ninguém come" (*Jornal do Brasil*, 16-9-88, p. 3). Para quem estuda e faz ética num país como o Brasil, essas contradições e essas distorções ideológicas levantam uma série de questionamentos seriíssimos. Discutir ética em países em que as necessidades básicas de alimentação e saúde são equitativamente satisfeitas não pode ser feito da mesma maneira como se pretende realizá-lo nos contextos do Brasil e da América Latina.

Terra — Reforma Agrária. Estreitamente ligada à contradição fome/supersafra de grãos está a questão agrária e fundiária. Lembremos as imagens do **lobby** UDR/Congressistas latifundiários, pressionando a Câma-

ra para a aprovação do projeto mais retrógrado e mais injunto do que o enunciado do próprio Estatuto da Terra da época militar de Castelo Branco. Os donos do poder continuam agindo como sempre à sombra da impunidade, protegidos por uma legislação por eles mesmos elaborada em defesa dos próprios interesses. É bom lembrar que a história da América Latina e, sobretudo, do Brasil tem sido uma história de violências, de invasão, de expropriação e de genocídio. É uma história de uma terra banhada de sangue humano. Fala-se no extermínio de 75 milhões de índios. Os que têm sobrado estão se desintegrando nos planos familiar, econômico e cultural.

A violência no campo revela as injustiças do modelo econômico, imposto a ferro e fogo. Denúncias constantes são feitas no sentido de que a realidade mude em benefício de todos. É pregação no deserto. Um longo martirologio de posseiros, de padres, freiras, agentes pastorais, líderes religiosos, sindicalistas, advogados e defensores do camponês poderia ser redigido. Basta acompanhar o que a grande imprensa liberal publica a fim de avaliar o grau de impunidade e deservoltura dos donos do poder. Documentos, ultimamente publicados, nos mostram um pouco da violência e da impunidade. Basta ler a obra **Assassinatos no campo: crime e impunidade**, publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, ou as denúncias da Anistia Internacional. Segundo essa organização, mais de mil pessoas foram assassinadas no Brasil desde 1980, por questões de terra, principalmente nos estados do Pará, Maranhão e Goiás. Se lermos as denúncias da Anistia, ninguém pode ficar indiferente, a não ser que estejamos diante do "eclipse da razão", utilizando o título de uma obra famosa. O documento da Anistia nos mostra em suas denúncias a sofisticação de uma crueldade inimaginável, completamente impune, coberta pelas altas autoridades brasileiras, responsáveis de fazer justiça. E o que é mais desconcertante aparece no fato de que, com o advento da Nova República, as coisas não se tornaram melhores. Basta lembrar que em 1987 o número de crimes no campo dobrou sem que nenhuma providência efetiva fosse tomada pelas competentes autoridades públicas. O documento da Anistia Internacional registra circunstâncias de certos crimes, reveladoras de um alto grau de crueldade e de insensibilidade, inconcebíveis no maior país católico do mundo. Vejamos alguns exemplos ilustrativos. Sebastião Pereira de Souza, camponês de 51 anos, foi baleado na cabeça à queima-roupa em Goianésia, sul do Pará, em outubro de 1981, e o seu filho Clésio, de três anos, foi atingido nas costas, quando era carregado nos ombros do pai.

A denúncia da Anistia transcreve uma informação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, dizendo que mais de 400 mulheres ficaram viúvas e 2.000 crianças órfãs em decorrência dos assassinatos por conflitos de terra, entre janeiro de 1985 e novembro de 1986.

Em março de 1988, 14 índios Tikuna, cinco deles crianças, foram mortos por 20 pistoleiros, liderados por um comerciante de madeira da cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas. O episódio, como os outros dessa natureza, não resultou em nenhuma medida por parte das competentes autoridades da Nova República.

Na mesma página, em que **O Globo** destaca o pedido de mandado de injunção contra o filme "A última tentação de Cristo", impetrado em Brasília pela Sociedade Beneficente de Estudos de Filosofia junto ao Supremo Tribunal Federal, é publicada a seguinte notícia. O cacique dos índios suruí, de 70 anos, foi assassinado a tiros e seu corpo carbonizado para não ser reconhecido. E isto por motivos de terra (**O Globo**, 4-11-88, p. 8).

Numa demonstração de total impunidade, foi divulgada, na imprensa, a tabela dos preços pagos para assassinar lideranças.

Trabalhadores rurais, agentes e pessoal de apoio	Cz\$	25.000,00
Sindicalistas	Cz\$	250.000,00
Advogados	Cz\$	500.000,00
Padres	Cz\$	1.000.000,00
Bispos e deputados	Cz\$	12.500.000,00

(Fonte: **O Globo**, 10-7-88)

Ficar indiferente diante desse quadro de inversão total dos valores humanos, pairando soberanamente no olimpo das discussões éticas da ordem do universal e do absoluto, equivale a assumir a mesma atitude daqueles pensadores e intelectuais de outrora que, enquanto discutiam o sexo dos anjos, os muçulmanos avançavam na conquista da Europa.

Dívida externa — Na Conferência Regional sobre Pobreza, realizada em Cartagena, Colômbia, em agosto de 1988, os especialistas e representantes ali reunidos chegaram à constatação de que **mais de 160 milhões de pessoas** vivem em condições de pobreza, geradas, sobretudo, pelo peso da dívida externa. A alta dos juros pagos origina o desemprego, a fome e o nível baixo dos salários (**Jornal do Brasil**, 31-8-88, p. 16). Essa a trágica e triste constatação da 111ª Semana Latino-americana que tratou do tema "O Brasil, a América Latina e a dívida externa". É uma situação estrutural que vem conservando o país e o continente numa forma de neocolonialismo tão explorador como as formas clássicas anteriores.

O Brasil devia pagar em 1988, somente em juros, a soma de 12 a 14 bilhões de dólares. Se essa soma tivesse sido transformada em investimentos no campo social (saúde, habitação, transporte, educação, saneamento básico, reforma agrária), somente num ano poderia ter sido beneficiadas milhões de famílias brasileiras. Por ironia da sorte, o demagógico slogan "Tudo pelo social" podia ter sido uma expectativa em parte realizada.

O **Jornal do Brasil** publicou em setembro de 1988 que os bancos comerciais dos Estados Unidos bateram “recorde de lucratividade graças, em grande parte, ao fim da moratória brasileira e à retomada do fluxo de dólares do Brasil para os caixas das maiores instituições bancárias americanas” (**Jornal do Brasil**, 8-9-88, p. 11). A volta do Brasil às negociações com os bancos comerciais e com o FMI foi apontada pelos observadores como um dos principais fatores de maior peso para o estouro de lucratividade. E enquanto os bancos credores se locupletam de lucros fáceis e rápidos, nós assistimos ao espetáculo dos retóricos da economia, que iludem a população com um economês incompreensível. Expressões como **rolagem da dívida, choque ortodoxo ou heterodoxo, aquecimento do consumo, hiperinflação, inflação inercial**, superávit recorde na balança comercial (quase 20 bilhões de dólares em 1988), pacto social, escondem, no mínimo, má fé e o propósito de não prejudicar os interesses do clube dos especuladores. Não é sem fundamento que o **Jornal do Brasil**, referindo-se a um debate de economistas, falou de uma discussão do sexo dos anjos (**Jornal do Brasil**, 16-10-88, p. 30).

Estamos, portanto, diante de uma situação **imoral** da parte dos credores e da parte das autoridades brasileiras (Executivo, Legislativo e Judiciário) que nada fazem para mudar o quadro. A dívida é, claramente, imoral e injusta, porquanto viola os mais elementares direitos humanos, impedindo um desenvolvimento mais equitativo. Ao contrário, a dívida externa fortalece o que se chama, comumente, nos meios intelectuais mais lúcidos de “capitalismo excludente e concentrador”. Clodovis Boff denuncia com expressões fortes essa situação de imoralidade da dívida externa.

“É impossível pois compreender corretamente a questão da dívida fora do sistema de exploração e dependência do qual não passa de um elemento. Ela faz parte da ‘lógica do sistema’.

Por isso mesmo, a atual dívida externa da periferia do capitalismo (quase um trilhão de dólares, sendo que cada criança latino-americana ao nascer já vem ao mundo devendo mil dólares) pode e deve ser qualificada eticamente de ‘injustiça estrutural’ e teologicamente de ‘pecado social’.

1. Ela é, do ponto de vista ético, uma injustiça. Por quê? Porque ela se constitui e está sendo paga com o sangue do ‘proletariado externo’, ‘paga com a fome do povo’ (Tancredo Neves). Frente à alternativa: a vida do povo ou a ganância de um punhado de banqueiros, a escolha foi feita e todos sabem qual é a alternativa que está valendo”. (**Dívida externa e igrejas — uma visão ecumênica**, p. 151-2). A grande finança internacional não podia deixar de optar pelo sacrifício do povo. O banqueiro nunca teve sentimento. O dinheiro é um símbolo de frieza e de anonimato nas relações humanas. E torna-se evidente que, com a dívida externa,

deve-se relacionar todo o sistema financeiro brasileiro, sobretudo privado. Quando lemos nos jornais que o BRADESCO em pouco tempo tornou-se o maior banco privado da América Latina e que em apenas seis meses lucrou mais que todo o ano de 1987, não é possível ficar numa discussão ética, distante desse mundo desumano, perdida em teorias e conceitos supostamente universalizadores.

Ecologia, Poluição, Destruição do Meio Ambiente — O problema ecológico tem a ver com a moralidade da dívida externa e com a natureza do capital financeiro e industrial. E a ecologia envolve um grave problema moral, sobretudo quando, países como o Brasil e os demais da América Latina, optaram por um modelo de capitalismo liberal e estatal, excludente e concentrador. Pensar que por ano são destruídos 11 milhões de hectares de florestas tropicais, com a complacência das nossas autoridades (Executivo, Legislativo e Judiciário), essa situação levanta a quem pensa e faz ética questionamentos muito graves. Fala-se num direito fundamental à vida. Mas, de outro lado, assiste-se em toda parte à cultura da morte, da destruição, da violência, do desperdício que vão acabando com as nossas reservas de florestas, de oxigênio, de solo e de águas potáveis.

René Dumont, autor do livro **Un monde intolérable, le libéralisme en question** (Paris, Seuil, 1988), tem esta sentença. “Aqueles que recusam a incluir a moral na economia, podemos dizer que estão nos levando à morte” (**Jornal do Brasil**, 23-10-88, Cad. B/Especial, p. 8). Daí se entende por que as denúncias dos ecologistas atinentes à destruição da Amazônia são muito severas e constantes.

No seminário realizado pela COPPE/UFRJ, foi feita uma crítica dura ao programa “Nossa Natureza” do governo Sarney, dizendo que o mesmo se baseia num modelo de desenvolvimento econômico “equivocado, insensível socialmente, predatório do meio ambiente e voltado aos interesses dos grandes grupos multinacionais” (**Jornal do Brasil**, 20-10-88, p. 16). Não se pode entender por que, de maneira geral, o debate ético não intervém em problemas, como os da ecologia e destruição do meio ambiente.

Racismo, o negro e a escravidão — Comemoramos em 1988 o centenário da abolição formal da escravatura no Brasil. Muito se tem dito e escrito a respeito do evento. Como em todas as comemorações, o evento acaba perdendo sua verdadeira significação numa retórica verbal do momento. No entanto, estudada sob o ponto de vista moral, a escravatura tem-nos apresentado uma prática, freqüentemente legitimada pela filosofia e pela religião. Riolando Azzi, em sua recente tese de doutoramento apresentada no Departamento de Filosofia da UFRJ, tese intitulada **Razão e fé: o discurso da dominação colonial**, mostra como o pensamento de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino exerceu uma influência teórica decisiva junto aos missionários e conquistadores da Amé-

rica quanto à legitimidade da escravidão. Todo um discurso filosófico justificador da inferioridade do índio e do negro e, conseqüentemente, da estrita e necessária submissão ao branco, toda uma pregação e toda uma teologia cristãs pregavam uma doutrina da purificação através do sofrimento e do trabalho escravo. A leitura das crônicas e dos relatos da época, a história da escravidão e do racismo no Brasil e na América Latina e Central nos revelam um quadro de violência humana terrível, levantando para o pensador da ética problemas e questões morais quase que insolúveis. No entanto, esse passado não está tão distante assim. A situação atual desses 43 a 48% de brasileiros negros não apresenta grandes mudanças. O Brasil, que, em toda a América, liderou, sob o domínio de Portugal, as importações de escravos, pode ainda ser considerado o campeão no que se refere à marginalização do negro e do índio.

A bioética e o aborto — Com a liberalização dos costumes, defendida 24 horas sobre 24 horas, de maneira ostensiva ou subliminar, através da televisão e da imprensa escrita, os problemas éticos da reprodução humana tornam-se cada vez maiores. Geralmente nos países, marcados por fortes desigualdades sociais e econômicas como o Brasil, o aborto campeia nos segmentos mais pobres e desfavorecidos. Fala-se em 4 milhões de abortos clandestinos por ano, realizados no Brasil. Essas cifras dão-nos uma vaga idéia da magnitude da problemática. É por isso que o debate em torno do aborto se coloca hoje dentro de uma discussão mais ampla face ao contexto sócio-econômico-cultural da população e face às exigências da bioética. No Congresso Mundial de Ginecologia e Obstetrícia, realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1988, houve uma manifestação de mulheres contra a chamada industrialização da reprodução humana e contra a falta de ética de alguns cientistas genéticos. É que essas experiências não podem ser feitas sem que a sociedade participe da discussão ética e filosófica das tecnologias de reprodução humana (**Jornal do Brasil**, 29-10-88, **Cidade**, p. 2).

Corrupção — O Brasil possui uma longa história de corrupção, desde que os portugueses chegaram a estas terras. Não é de estranhar, por exemplo, que os técnicos do Banco Mundial chegam ao Brasil e verifiquem que o **slogan** oficial "Tudo pelo social" não passava de mera retórica. Os recursos, destinados ao atendimento dos mais carentes no campo da alimentação, da saúde, da educação e da habitação não têm chegado aos seus legítimos destinatários. Enquanto isso, o presidente e sua comitiva chegam em Paris e se hospedam no hotel mais sofisticado, localizado na Praça da Concórdia, construído pelo rei Luís XV.

Todo o mundo conhece a indústria das secas, a corrupção da concessão do mandato de cinco anos para Sarney, os crimes dos colarinhos brancos, a impunidade generalizada. Em todas as campanhas eleitorais, surgem candidatos que, com vassoura ou sem vassoura, propõem morali-

zação no setor público. Os governos federais, estaduais e municipais entram e saem e, salvo exceções raríssimas, as coisas não só continuam como estavam, mas até crescem de ano para ano.

A guerra do trânsito — A imprensa e os estudiosos dos delitos de trânsito relatam, com freqüência, a irresponsabilidade e o descaso pela vida humana, observados junto aos nossos motoristas. Aqui, também conquistamos um trágico campeonato. Se temos um Senna e um Piquet, também ostentamos estatísticas de que possuímos uma boa parte de motoristas completamente irresponsáveis, inabilitados e criminosos. O subchefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Antônio Batista Ferreira, afirmou, na abertura da 11ª Semana Interna da Prevenção de Acidentes de Trabalho do sistema **Jornal do Brasil** que morrem no Brasil em acidentes de trânsito 50 mil pessoas, a maior parte vítimas de acidentes evitáveis (**Jornal do Brasil**, 22-11-88, **Cidade**, p. 5). Isto, sem falar dos sobreviventes, aleijados e defeituosos por longo tempo ou por toda a vida. Em cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, dirigir um carro é entrar num verdadeiro campo de batalha, enfrentando ônibus, caminhões da COMLURB e motoristas nervosos. E o que é mais grave, ninguém é condenado. Os criminosos ficam impunes, as famílias dos acidentados, sem nenhum amparo jurídico, financeiro e moral.

Violência urbana e rural — Tanto na cidade como no campo vivemos hoje no Brasil em estado de guerra. A insegurança é generalizada. Vive-se num clima de medo e de desconfiança permanentes e generalizados. Esse é o nosso dia-a-dia de brasileiros. Aqueles que possuem recursos financeiros, escondem-se atrás de verdadeiras muralhas, vigiados por sentinelas nas guaritas. Nas casas e nos prédios são montados esquemas de segurança cada vez mais sofisticados. Os assassinatos, os assaltos e os furtos são o pão nosso de cada dia para nós, habitantes dos grandes centros. Os processos amontoam-se nas delegacias e nos tribunais sem que justiça alguma seja feita contra os criminosos e favor das vítimas e de seus familiares e parentes. Em certos fins-de-semana, os assassinatos no Rio chegam a 50 e mais, e nada acontece no âmbito das autoridades responsáveis, que chegam até a falar da “normalidade” sociológica das estatísticas. Basta ler a ampla literatura existente, basta ler os estudos e levantamentos realizados para se ter uma vaga idéia do estado de guerra em que nos encontramos, para avaliar o grau de insensibilidade das autoridades responsáveis e o nível de impunidade dos autores dos crimes. De novo, a partir dessa situação, que tem a ver uma ética supostamente universalista e a-histórica? Como explicar o tipo de pensamento filosófico e ético que volta as costas para essas realidades?

O poder militar — O militarismo, na América Latina, é um fenômeno histórico antigo. A sociedade civil continua tutelada, hoje talvez de mais sutil e menos perceptível. No entanto, os gastos com a defesa

militar e com projetos militares são enormes. E são recursos levantados e extraídos de nossos impostos diretos e indiretos. A população teria o direito de ser informada do montante, da sua destinação e natureza, de maneira clara e completa. Hoje, contamos com estudos que mostram, no caso da pesquisa científica, a relação estreita entre a ciência, o poder militar e a indústria. Há autores que chegam a afirmar que mais da metade da pesquisa científica hoje serve a fins militares. No Brasil, o poder militar que criou projetos faraônicos, como Itaipu e Balbina, continua atuando de maneira menos ostensiva. Basta lembrar episódios como Volta Redonda, a polêmica em torno da "soberania" da Amazônia, do projeto Calha Norte, do submarino e do programa nucleares, para ver como a presença do poder militar é muito forte. Diante dessas breves ponderações e constatações, parece-nos que problemas éticos seriíssimos estão envolvidos, além de toda discussão das relações militar-sociedade civil-Estado.

Meios de comunicação de massa ou mídia — A ética universalista, geralmente, ensinada e aprendida, não se preocupa com o espaço público, formador da consciência moral, que são os meios de comunicação de massa, em especial a TV. É lugar comum falarem os especialistas do caráter amoral das mensagens desses meios. No entanto, se analisarmos seu conteúdo, verificaremos quanto a moral está presente, principalmente nas cenas de violência, de pornografia e publicidade consumista. O público parece que já se acostumou a essa pregação subliminar de permissividade e amoralismo. Vejamos apenas os resultados da pesquisa seguinte. O semanário **Le Point** realizou, na França, uma pesquisa durante uma semana. Contratou um grupo de observadores para que fizessem um levantamento dos atos que são geralmente contra a moral. "O resultado é impressionante: em uma semana, os seis canais franceses mostraram 670 assassinatos, 848 brigas, 15 estupros, 419 tiroteios, 14 seqüestros, 11 assaltos, 32 tomadas de reféns, 27 cenas de tortura, 18 viciados drogando-se e 9 pessoas pulando ou sendo jogadas pela janela para a morte" (**Jornal do Brasil**, 30-10-88, p. 16). Se a mesma pesquisa fosse realizada no Brasil, chegaríamos, com certeza, a constatações ainda mais alarmantes, sobretudo no terreno da violência e da pornografia. Nem mesmo a programação infantil está isenta de violência. Os filmes infantis, na quase totalidade de procedência norte-americana, além de estarem impregnados de uma ideologia belicista e competitiva, são estruturados dentro de uma visão etnocêntrica consumista. E se examinarmos o conteúdo do "espaço global", constatamos que a situação é alarmante. Leonardo Boff, ao responder a uma questão referente ao poder da **Globo**, por ocasião do debate em torno do filme "Deus é um fogo", no Rio de Janeiro, afirmou que a TV mostra o Brasil irreal, fictício e fanático, anulando qualquer força de proteção e exercendo um papel hipnótico, em vez de levar o espectador a pensar.

A América Central — Na América Central, por ser geograficamente mais próxima da superpotência americana, trava-se, há muito tempo, uma luta de libertação e de conquista democráticas. O sentido

dessa luta não aparece na grande imprensa, interessada em manter o **status quo** da dominação norte-americana. A onda de golpes, desfechados durante os últimos 25 anos em toda a América Latina, sob o comando e inspiração de Washington, conseguiu isolar os países de nosso continente. E a solidariedade com os movimentos de libertação acabou sendo missão de pessoas e grupos minoritários, civis e religiosos. O boletim **SISAC (Serviço de Informação sobre a América Central)**, publicado em São Paulo, informa regularmente o que, de fato, está ocorrendo naqueles países, nossos vizinhos e coirmãos. Lá, como em toda a parte onde se luta em favor da libertação das pessoas e dos povos estão em jogo, antes de mais nada, concepções e práticas morais.

Muitos outros problemas poderiam ser levantados e listados, como, por exemplo, a droga, a prostituição, o homossexualismo, AIDS, o alcoolismo, o tabagismo. A relação é muito extensa. Ficam aqui a indicação da temática e as sugestões para uma possível e urgentíssima revisão do estudo e do ensino da ética em nossos cursos de filosofia. A explicação de que essa temática não é do campo da ética, e sim da moral, não convence se em nosso horizonte teórico não houver, antes de mais, a preocupação pelo homem concreto, sua realidade situada, seus problemas e aspirações. A continuar distante dos reais problemas da sociedade contemporânea, a ética da "academia" corre o risco de se enclausurar num discurso fechado e puramente "ornamental", na expressão de Anísio Teixeira.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Antes de encerrar essas considerações, convém tecer alguns comentários e deixar consignados alguns esclarecimentos sobre a origem do texto. Não posso deixar de reconhecer quanto me têm ajudado a alinhar essas reflexões o convívio e os insistentes questionamentos dos estudantes da Escola de Serviço Social da UFRJ durante as aulas de Ética Geral. Compreende-se a angústia de quem está permanentemente mergulhado na problemática social brasileira. Os desafios de ordem teórico-prática não são os mesmos de um estudante e de um professor de filosofia da "academia". Assim como uma Teologia da Libertação tem inaugurado um novo estilo de pensar e de agir do cristão, assim também se poderia pensar num estilo diferente de filosofar, sobretudo no Brasil e na América Latina. E novamente não posso deixar de citar o principal teórico da Teologia da Libertação, Leonardo Boff, ao participar do debate por ocasião do lançamento do filme "Deus é um fogo" no Rio de Janeiro. Ele insistiu muito sobre a diferença entre uma Teologia de gabinete e uma Teologia da Libertação. Esta tem um compromisso da teoria com a prática. Ele lembrou Paulo Freire, ensinando e aprendendo com os alfabetizandos.

A PUC de São Paulo promoveu uma homenagem ao teólogo Gustavo Gutiérrez por ocasião de seus 60 anos e "Vinte anos após Medellín". Na conferência, Gutiérrez disse que "Medellin não se limitou a falar dos pobres e lamentar por eles. Ao contrário, teve a coragem de questionar a causa da pobreza e, a partir daí, elaborar métodos para a Igreja latino-americana solidarizar-se com os pobres" (**Jornal do Brasil**, 27-10-88, p. 7).

Essas advertências de Gutiérrez fazem-nos lembrar a crítica que Marx endereçava aos pensadores alemães quando estudavam a literatura socialista-comunista francesa. "E como nas mãos dos alemães ela tinha deixado de ser a expressão da luta de uma classe contra a outra, o alemão convenceu-se de ter superado a 'unilateralidade francesa' e de ter defendido não verdadeiras necessidades, mas a necessidade da verdade, não os interesses do proletariado, mas os interesses do ser humano, do homem em geral, do homem que não pertence a classe nenhuma, que não pertence a nenhuma realidade, e que apenas existe no céu nebuloso da fantasia filosófica" (**Manifesto do partido comunista**, Vozes, 1988, p. 92).

Minha intenção, aqui, não foi de assumir uma postura exclusivamente negativa e iconoclasta das doutrinas éticas clássicas. É apenas a manifestação de uma preocupação e de uma angústia intelectual face ao discurso da ética "oficial" e face à dramaticidade de nossa problemática específica (do meu **Dasein** de brasileiro e latino-americano e de ser pertencente à humanidade em escala universal). Esses questionamentos podem não estar redigidos dentro do "estilo" filosófico, podem não satisfazer às "normais" exigências dos que julgam da "excelência" e da "competência" do discurso filosófico. Mas estou plenamente convencido de que, se não houver uma atenção especial para essas realidades aqui apenas relacionadas, a "academia" continuará a ser uma ilha de paz perpétua, o mundo da fantasia onde uma razão raciocinante constrói suas belas teorias, cercada de problemas cruciais de todos os lados.